

Espírito Santo

CONTRATO Nº 152/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2019

Processo n.º 004830/2019 de 06 de novembro de 2019

Origem: Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF

O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Elias Estevão Colnago, 65, cidade de Itarana/ES, CEP 29.620-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.104.363/0001-23, neste ato representado por seu Exmo. Prefeito Municipal, **Sr. ADEMAR SCHNEIDER**, brasileiro, casado, residente na Fazenda Alto Santa Joana, SN, Santa Joana, Itarana/ES, portador do CPF nº 881.042.907-97 e CI nº 757.196/ES, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **IT NEXT TECNOLOGIA EIRELI**, CNPJ Nº 23.010.049/0001-20, estabelecida na Avenida Eudes Scherrer de Souza, 2162, Sala 428, Bairro Colina de Laranjeiras, Serra/ES, Cep 29.167-080, neste ato representada por **Reginaldo José Aniceto**, procurador da empresa, portador do CPF nº 001.802.347-90 e da RG nº 818.955 SSP/ES, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato conforme Processos e Pregão supra referidos, tudo de acordo com a Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e suas alterações, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de equipamento de informática, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Anexo I (Termo de Referência) e II (Especificação) deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

2.1 - O presente contrato subordina-se às legislações supracitadas, bem como a todos os atos constantes do processo administrativo já referenciado, inclusive a Proposta de Preços formulada pela própria contratada que passam a fazer parte integrante deste contrato como se transcrito estivesse para todos os fins de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

- 3.1 O valor global do presente contrato é estimado em R\$ **45.719,00** (quarenta e cinco mil, setecentos e dezenove reais), de acordo com a proposta vencedora, ora Contratada.
- 3.2 No preço contratado estão inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes ao fornecimento dos materiais tais como, despesas administrativas, salários, contribuições sociais, embalagens, transportes, cargas, descargas, seguros, impostos, bem como quaisquer outros tributos de natureza fiscal, parafiscal, nacional ou internacional, observadas com as condições estabelecidas neste CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA



B



Espírito Santo

4.1 - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses;

4.1.1 - O início de vigência será contado do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES - https://diariomunicipales.org.br/.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1 Para efeitos de recebimento definitivo do objeto a CONTRATADA deve apresentar nota fiscal/fatura do fornecimento, em uma única via, emitida e entregue ao setor responsável pela fiscalização do contrato, com a finalidade de subsidiar a liquidação e o pagamento.
- 5.2 A CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento definitivo do material e da apresentação do documento fiscal correspondente.
- 5.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária ou qualquer outro ônus para a CONTRATANTE.
- 5.4 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
- 5.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a certidão negativa de falência ou concordata.
- 5.5.1 O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido no item 5.5, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.
- 5.6 A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.
- 5.7 A nota fiscal deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de credenciamento e acolhidos nos documentos de habilitação do pregão em epígrafe.
- 5.8 Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no Pregão em epígrafe, deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal de Itarana/ES, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.
- 5.9 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.
- 5.10 É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão pelas seguintes



\$



Espírito Santo

dotações orçamentárias:

a) 040001.0412200023.003 - Aquisição de equipamentos para a secretaria / 44905200000 - Equipamento e material permanente / Ficha: 061 / Fonte: 2001.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1 O objeto deverá ser entregue em até em até em até **05 (cinco) dias úteis** do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras desta Prefeitura.
- 7.1.1 O objeto deverá ser entregue no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, localizado à Rua Elias Estevão Colnago, nº 65, Centro, Itarana/ES, CEP: 29.620-000, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08h às 11h e das 12h30mim às 16h30mim, observando os feriados nacional e feriados do Município de Itarana/ES.
- 7.2 O recebimento se efetivará nos seguintes termos:
- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação das especificações do objeto, qualidade e quantidade dos materiais e conseqüente aceitação pelo setor competente/fiscal.
- c) Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o material será devolvido, ficando a retirada do material e o custo do transporte por conta da empresa fornecedora, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- d) Caso insatisfatório as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o produto em questão, será rejeitado, devendo ser substituído e reapresentado, quando se realizarão novamente as verificações constantes do subitem 7.2.
- e) Caso a substituição não ocorra no prazo estipulado ou o novo produto também seja rejeitado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades.
- f) Os custos da substituição do produto rejeitado correrão exclusivamente à conta da Contratada.
- g) O prazo e local para substituição do objeto que estiver em desacordo com as especificações contidas no anexo VII do contrato, serão o mesmo estabelecido no subitem 7.1, deste instrumento contratual.
- h) A simples assinatura de servidor em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte implica apenas recebimento provisório.
- 7.3 Os prazos mencionados no item 7.1 deste contrato admitem prorrogação, a critério da CONTRATANTE, desde que devidamente justificado em face dos seguintes motivos:
- a) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de entrega dos materiais;
- b) impedimento da entrega dos materiais por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela CONTRATANTE em documentos contemporâneos a sua ocorrência;
- c) omissão ou atraso de providências a cargo da CONTRATANTE, sem prejuízo das







Espírito Santo

sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

- 7.4 Recebidos os materiais, nos termos da alínea "b", do item 7.2 deste instrumento contratual, se a qualquer tempo durante sua utilização normal, vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á à substituição dos mesmos.
- 7.5 Em caso de não entrega dos produtos dentro do prazo estabelecido no subitem 7.1 e/ou 7.1.1, estará caracterizada a não aceitação, por parte da empresa vencedora. Nesta hipótese, é facultado ao Município aplicar as sanções previstas em Lei, bem como convocar os licitantes remanescentes, com observância da ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, inclusive preços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 8.1- São Obrigações do Contratante:
- a) Efetuar o pagamento das notas fiscais, conforme cláusula quinta deste contrato.
- b) Pagar o preço estabelecido, de acordo com o preço e condições estipuladas em sua proposta de preços.
- c) Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa fornecer o objeto desta licitação dentro das especificações técnicas recomendadas;
- d) Atestar a execução do objeto de acordo com as cláusulas deste documento;
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com o contrato;
- f) Fiscalizar a execução do contrato.
- 8.2 São Obrigações da Contratada:
- a) Assumir a responsabilidade pela execução do objeto de acordo com o previsto nas especificações solicitadas na proposta, bem como naqueles trazidos pelo Pregão Presencial em epígrafe;
- b) Apresentar os documentos de cobrança inclusive nota (s) fiscal (is) com a descrição completa dos serviços;
- c) Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta ou indireta do contrato, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade, como estabelece o art. 71 da Lei nº 8.666/93 e alterações;
- d) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, dentro do prazo máximo estabelecido no item VII deste edital, após o recebimento da ordem de fornecimento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- e) Serão recusados os objetos licitados que não atenderem as especificações constantes no anexo I do edital do pregão em epígrafe e/ou que não esteja adequado para o uso. A empresa contratada ficará obrigada a trocar, imediatamente, o material que vier a ser recusado, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;
- f) Os objetos deverão ser entregues embalados e/ou lacrados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte, do descarregamento no local da entrega, e deverá observar o empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante;





Espírito Santo

- g) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- i) Responsabilizar-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE ou a terceiros;
- j) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações;
- k) Registrar as ocorrências havidas durante a execução deste contrato, de tudo dando ciência ao CONTRATANTE, respondendo integralmente pela sua omissão.
- I) Facultar à contratante, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da produção e/ou fornecimento dos materiais.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

- 9.1 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a Prefeitura Municipal de Itarana/ES, doravante denominado CONTRATANTE, poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas à CONTRATADA:
- a) Advertência, nos casos de pequenos descumprimentos, que não gerem prejuízo para a Prefeitura Municipal de Itarana\ES;
- b) multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso;
- c) multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato;
- d) suspensão para contratar com a Administração Municipal;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.
- \S 1º Antes da aplicação de qualquer das sanções, a CONTRATADA será advertida devendo apresentar defesa em 05(cinco) dias úteis.
- a) A CONTRATADA, durante a execução do Contrato, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do Contrato, com a aplicação das sanções cabíveis. A Administração, porém, poderá considerar rescindido o Contrato mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.
- b) A advertência, quando seguida de justificativa aceita pela Administração, não será computada para o fim previsto na letra "a" deste parágrafo.
- c) A advertência, quando não seguida de justificativa aceita pela Administração, dará ensejo à aplicação das sanções das letras "b" e "e" do caput.
- § 2º As multas previstas nas letras "b" e "c" do subitem 9.1 poderão ser aplicadas em conjunto e poderão ser acumuladas com uma das sanções previstas nas letras "d" e "e", do caput (subitem 9.1).
- a) A multa moratória será calculada do momento em que ocorrer o fato gerador e não da



B



Espírito Santo

advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o Contrato e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a Administração, entretanto, antes de atingido o pré-falado limite, rescindir o Contrato em razão do atraso.

- § 3º As multas serão calculadas pelo valor total do Contrato, devidamente atualizadas nos termos das cláusulas do ajuste.
- \S 4º Se o descumprimento do Contrato gerar consequências graves, a Administração, poderá, além de rescindir o Contrato, aplicar uma das sanções previstas na letra "d" ou "e" do caput desta cláusula.
- \S 5° Se os danos restringirem-se à Administração, será aplicada a sanção de suspensão pelo prazo de, no máximo, 02 (dois) anos.
- § 6º Se puderem atingir a Administração Municipal como um todo, será aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade.
- § 7º A dosagem da sanção e a dimensão do dano serão identificadas pela Secretaria solicitante.
- § 8º Quando declarada a Inidoneidade da CONTRATADA, o Secretário submeterá sua decisão à Procuradoria Municipal a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.
- § 9º Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo de lei.
- $\S~10^{\rm o}$ Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a sanção de suspensão, acima tratadas, as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtudes de atos já praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

- 10.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e sanções previstas neste instrumento.
- 10.2 Constituem motivo para rescisão do contrato:
- I O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- II O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- III A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade, da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV O atraso injustificado no fornecimento do objeto licitado;
- V A paralisação do fornecimento do objeto licitado, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- VII O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;



Q



Espírito Santo

- VIII O cometimento reiterado de faltas na sua execução do contrato, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;
- IX A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- X A dissolução da sociedade;
- XI A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- XII Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XIII A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XIV O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos fornecimentos já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação; e
- XV A supressão, por parte da Administração, dos fornecimentos, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.
- 10.2.1. A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada assegurada o contraditório e a ampla defesa.
- 10.3. A rescisão do contrato poderá ser:
- I determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XIII do subitem 10.2;
- II amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração.
- III judicial, nos termos da legislação.
- 10.3.1 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de parecer da Procuradoria e decidida pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1 A execução deste Contrato será acompanhada pelo (s) Responsável (is) Solicitante (s), nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, bem como da Instrução Normativa SCL Nº 006/2015, de 27/03/2015, dando também cumprimento as normas estabelecidas nos Artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64.
- 11.2 O Gestor do Contrato será o responsável solicitante pela contratação, com atribuições e deveres estabelecidos no artigo 6° (sexto), da Instrução Normativa SCL N° 006/2015, de 27 de março de 2015.
- 11.3 O Fiscal do contrato será nomeado através de portaria, após assinatura e empenho do contrato, conforme indicação feita no termo de referência pelo solicitante, de acordo com o inciso IV, artigo 6° (sexto), da Instrução Normativa SCL N° 006/2015, de 27 de março de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE DOS PREÇOS E ADITAMENTOS







Espírito Santo

- 12.1 Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis.
- 12.2 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, Mediante Processo, devidamente instruído, conforme parágrafo 1º, do art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 - Aplica-se a execução deste termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1 - O presente Contrato, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, será publicada conforme Lei Municipal nº. 1115/2014, no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES, através do site www.diariomunicipal.es.gov.br, dando-se cumprimento ao disposto no art. 111 da Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Itarana/ES, $\frac{13}{12}$ de $\frac{12}{12}$ de 2019.

- 15.1. Fica eleito o foro da cidade de Itarana/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 15.2 Estando contratados assinam o presente instrumento acompanhado das testemunhas abaixo para que surta seus legais efeitos.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES

Sr. Ademar Schneider

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

IT NEXT TECNOLOGIA EIRELI

Reginaldo José Aniceto

23.010.049/0001

Testemunhas: Samando Manado & Right

IT NEXT TECNOLOGIA EIRELI AV. ELDES SCHERRER SOUZA, 2162 SALA 428

COLINA DE LARANJEIRAS CEP 29167- 080 - SERRA / ES



ESTADO DO ESPIRITO SANTO





ANEXO I - CONTRATO Nº 152119

Pregão Eletrônico Nº 000014/2019

Empresa: IT NEXT TECNOLOGIA EIRELI

CNPJ: 23.010.049/0001-20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

Item	Ficha	Quant	Unidade	Especificação	Marca	Unitário	Valor Total
001	00061-10	1	UN	SISTEMA DE FIREWALL DPI (DEEP PACKET INSPECTION) Descrição Técnica Em appliance com no máximo 2U de altura, com kit de montagem em rack de 19". A solução deverá utilizar a tecnologia de firewall Stateful Packet Inspection com Deep Packet Inspection (suportar a inspeção da área de dados do pacote) para filtragem de tráfego IP. Mínimo de 512 MB de memória RAM Memória Flash para armazenamento do sistema operacional de no mínimo 32 MB. Sistema Operacional do Tipo "Harderizado" não serão aceitos. Apenas os que forem armazenados em memória flash. Fonte de alimentação interna ou externa com operação automática entre 110/220V. Possuir no mínimo 7 (set) interfaces 10/100/1000Base-TX autosense, operando em half/full duplex, com inversão automática de polaridade configuráveis pelo administrador do firewall para atender as funções de: a) Segmento WAN, ou externo. b) Segmento WAN, secundário com possibilidade de ativação de recurso para redundância de WAN com balanceamento de carga e WAN Failover por aplicação. O equipamento deverá suportar no mínimo balanceamento de 4 links utilizando diferentes métricas pré-definidas pelo sistema; c) Segmento LAN ou rede interna; d) Segmento LAN ou rede interna podendo ser configurado como DMZ (Zona desmilitarizada); e) Segmento LAN ou rede interna ou Porta de sincronismo para funcionamento em alta disponibilidade; f) Segmento LAN ou rede interna ou Porta de sincronismo para funcionamento em alta disponibilidade; f) Segmento LAN ou rede interna ou Porta de sincronismo para funcionamento em alta disponibilidade; f) Segmento de Firewall SPI (Stateful Packet Inspection) igual ou superior a 600 mbps. * Metodologia de teste: Performance de analise será baseada na RFC 2544 (para firewall) Performance de Gateway de Antivirus integrado no mesmo appliance sem nenhuma limitação para analise de diferentes tamanhos de arquivos: 115mbps ou superior. Não serão permitidas soluções baseadas em redirecionamento de tráfego para dispositivos externos ao appliance para analise de arquivos ou pacotes de dado	SONICWALL / Modelo: TZ400	45.719,00	45.719,00

Rua Elias Estevão Colnago, 65 - Centro - Itarana/ES CEP:29620-000







ESTADO DO ESPIRITO SANTO



Prefeitura Municipal de Itarana

REFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA		PREFEITURA	MUNICIPAL DE ITARANA
REFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA	A atualização das assinaturas deverá ocorrer automaticamente sem a necessidade de intervenção humana. Caso o fornecedor não possa comprovar este item em documentações públicas, o mesmo deverá comprometer-se que tais testes comprovatórios serão dados em bancada com ejetor de pacotes. Capacidade mínima de conexões suportadas em modo firewall deverá ser de 80.000 ou superior. Suportar no mínimo 2.000 novas conexões por segundo. Suportar no mínimo 25 interfaces de vlan (802.1q) suportando a definição de seus endereços IP através da interface gráfica; Suportar no mínimo túneis VPN IPSEC do tipo site-to-site já licenciadas; Suportar no mínimo 25 túneis VPN IPSEC do tipo client-to-site sendo no mínimo 2 (Duas) delas já licenciadas; Suportar no mínimo 2 conexões clientes do tipo SSL sem custo e 10 licenças/conexões futuras baseadas em licenciamento adicional; Não possuir limitação lógica na capacidade nós; Suportar no mínimo 100 usuários autenticados com serviços ativos e identificados pelo dispositivo de segurança de forma transparente ao mesmo, sem que seja solicitada um segundo método de autenticação como browser ou instalação de agentes em cada estação de trabalho em um único dispositivo. Políticas baseadas por grupos de usuários deverão ser suportadas por este dispositivo; Possuir porta console (serial) para possíveis manutenções no produto; Possibilitar o controle do tráfego para os protocolos TCP, UDP e ICMP baseados nos endereços de origem e destino e no serviço utilizado em uma comunicação; Possibilitar o controle sobre aplicações de forma granular com criação de políticas sobre o fluxo de dados de entrada, saída ou ambos e; Devem ser aplicados por usuário e por grupo e; Associado sua ação políticas de horários e dias da semana e; Podem ser associados a endereçamento IP baseados em sub-redes e; Permitir a filtragem de e-mails pelo seu conteúdo, através da definição de palavras-chave e a sua forma de pesquisa; Prover matriz de horários que possibilite o bloqueio de	PREFEITURA	MUNICIPAL DE ITARANA
	da definição de palavras-chave e a sua forma de pesquisa;		





ESTADO DO ESPIRITO SANTO

18-04-1964 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

Prefeitura Municipal de Itarana

checagem de IPS, Gateway Antivirus/AntiSpyware. Possibilitar o controle do tráfego para os protocolos GRE, H323, SIP e IGMP baseados nos endereços origem e destino da comunicação;

Prover mecanismo contra-ataques de falsificação de endereços (IP Spoofing) através da especificação da interface de rede pela qual uma comunicação deve se

Prover mecanismos de proteção contra-ataques baseados em "DNS Rebinding" protegendo contra códigos embutidos em páginas Web com base em JavaScript, Flash e base Java com "malwares". O recurso deverá prevenir ataques e analises aos seguintes endereços:

?? Node-local address 127.0.0.1

?? Link-local address 169.254.0.0/24

?? Multicast address 224.0.0.0/24

?? Host que pertence há alguma das sub-nets conectadas a: LAN, DMZ ou WLAN.

Prover servidor DHCP Interno suportando múltiplos escopos de endereçamento para a mesma interface e a funcionalidade de DHCP Relay;

Prover a capacidade de encaminhamento de pacotes UDPs multicast/broadcast entre diferentes interfaces e zonas de segurança como como IP Helper suportando os protocolos e portas:

Time service—UDP porta 37

DNS-UDP porta 53

DHCP—UDP portas 67 e 68

Net-Bios DNS—UDP porta 137

Net-Bios Datagram—UDP porta 138

Wake On LAN—UDP porta 7 e 9

mDNS-UDP porta 5353

Possuir mecanismo de forma a possibilitar o funcionamento transparente dos protocolos FTP, Real Áudio, Real Vídeo, SIP, RTSP e H323, mesmo quando acessados por máquinas através de conversão de endereços. Este

suporte deve funcionar tanto para acessos de dentro para fora quanto de fora para dentro;

Implementar mecanismo de sincronismo de horário através do protocolo NTP. Para tanto o appliance deve realizar a pesquisa em pelo menos 03 servidores NTP distintos, com a configuração do tempo do intervalo de pesquisa; Prover mecanismo de conversão de endereços (NAT), de forma a possibilitar que uma rede com endereços reservados acesse a Internet a partir de um único endereço IP e possibilitar também um mapeamento 1-1 de forma a permitir com que servidores internos com endereços reservados sejam acessados externamente através de endereços válidos;

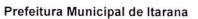
Permitir, sobre o recurso de NAT, o balanceamento interno de servidores e suas aplicações sem a necessidade de inserção de um equipamento como switches de que atuam entre as camadas 4 (quatro) e 7 (sete) do modelo ISO/OSI.

Possuir mecanismo que permita que a conversão de endereços (NAT) seja feita de forma dependente do destino de uma comunicação, possibilitando que uma máquina, ou grupo de máquinas, tenham seus endereços convertidos para endereços diferentes de acordo com o endereço destino;

Rua Elias Estevão Colnago, 65 - Centro - Itarana/ES CEP:29620-000



ESTADO DO ESPIRITO SANTO





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA	r reference manierpar de Italiana	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
	Possuir mecanismo que permita conversão de portas (PAT);	
	Possuir gerenciamento de tráfego inboud e outbound por serviços, endereços IP e regra de firewall, permitindo definir banda mínima garantida e máxima permitida em porcentagem (%) para cada regra definida.	
	Possuir controle de número máximo de sessões TCP, prevenindo a exaustão de recursos do appliance e permitindo a definição de um percentual do número total de sessões disponíveis que podem ser utilizadas para uma determinada conexão definida por regra de acesso.	
	Implementar 802.1p e classe de serviços CoS (Class of Service) de DSCP (Differentiated Services Code Points);	
	Permitir remarcação de pacotes utilizando TOS e/ou DSCP; Possuir suporte ao protocolo SNMP, através de MIB2;	
	Possui suporte a log via syslog;	
	Possuir suporte aos protocolos de roteamento RIP e OSPF, com configuração pela interface gráfica;	
	Suportar políticas de roteamento sobre conexões VPN IPSEC do tipo site-to-site com diferentes métricas e serviços. A rota poderá prover aos usuários diferentes caminhos redundantes sobre todas as conexões VPN IPSEC.	
	Implementar os esquemas de troca de chaves manual, IKE e IKEv2 por Pré-Shared Key, Certificados digitais e XAUTH client authentication;	
	Permitir a definição de um gateway redundante para terminação de VPN no caso de queda do primário;	
	Permitir a criação de perfis de administração distintos, de forma a possibilitar a definição de diversos administradores para o firewall, cada um responsável por determinadas tarefas da administração;	
	Possuir mecanismo que permita a realização de cópias de segurança (backups) e sua posterior restauração remotamente, através da interface gráfica, sem necessidade de se reinicializar o sistema;	
	Possuir mecanismo para possibilitar a aplicação de correções e atualizações para o firewall remotamente através da interface gráfica;	
	Permitir a visualização em tempo real de todas as conexões TCP e sessões UDP que se encontrem ativas através do firewall.	
	Permitir a geração de gráficos em tempo real, representando os serviços mais utilizados e as máquinas mais acessadas em um dado momento;	
	Permitir a visualização de estatísticas do uso de CPU do appliance o através da interface gráfica remota em tempo real;	



ESTADO DO ESPIRITO SANTO



Prefeitura Municipal de Itarana

Possuir mecanismo de Alta Disponibilidade, com as implementações de Fail Over e Load Balance, sendo que na implementação de Load Balance o estado das conexões e sessões TCP e UDP devem ser replicadas de forma integral sem restrições de serviços como, por exemplo, tráfego multicast.

Possuir interface orientada a linha de comando para a administração do firewall a partir do console ou conexão SSH sendo está múltiplas sessões simultâneas.

Implementar proxy transparente para o protocolo HTTP, de forma a dispensar a configuração dos browsers das máquinas clientes.

Suportar recurso de autenticação única para todo o ambiente de rede, ou seja, utilizando a plataforma de autenticação atual que pode ser de LDAP ou AD; o perfil de cada usuário deverá ser obtido automaticamente através de regras no Firewall DPI (Deep Packet Inspection) sem a necessidade de uma nova autenticação como por exemplo, para os serviços de navegação a Internet atuando assim de forma toda transparente ao usuário. Serviços como FTP, HTTP, HTTPS devem apenas consultar uma base de dados de usuários e grupos de servidores 2008/2012 com AD;

QUANTO AS CERTIFICAÇÕES: Possuir certificações ICSA para Firewall 4.1 e VPNC.

AUTENTICAÇÃO

- a) Prover autenticação de usuários para os serviços
 Telnet, FTP, HTTP, HTTPS e Gopher, utilizando as bases de dados de usuários e grupos de servidores NT e Unix, de forma simultânea;
- b) Permitir a utilização de LDAP, AD e RADIUS
- c) Permitir o cadastro manual dos usuários e grupos diretamente na interface de gerencia remota do Firewall, caso onde se dispensa um autenticador remoto para o mesmo:
- d) Permitir a integração com qualquer autoridade certificadora emissora de certificados X509 que seguir o padrão de PKI descrito na RFC 2459, inclusive verificando as CRLs emitidas periodicamente pelas autoridades, que devem ser obtidas automaticamente pelo firewall via protocolos HTTP e LDAP;
- e) Permitir o controle de acesso por usuário, para plataformas Windows Me, NT, 2000, 2000, XP de forma transparente, para todos os serviços suportados, de forma que ao efetuar o logon na rede, um determinado usuário tenha seu perfil de acesso automaticamente configurado;
- f) Possuir perfis de acesso hierárquicos; e
- g) Permitir a restrição de atribuição de perfil de acesso a usuário ou grupo independente ao endereço IP da máquina que o usuário esteja utilizando.
- h) Suportar padrão IPSEC, de acordo com as RFCs 2401 a 2412, de modo a estabelecer canais de criptografia com outros produtos que também suportem tal padrão;
- i) Suportar a criação de túneis IP sobre IP (IPSEC Tunnel), de modo a possibilitar que duas redes com endereço inválido possam se comunicar através da Internet;

A





ESTADO DO ESPIRITO SANTO

18-04-1964

Prefeitura Municipal de Itarana

FEITURA MUNICIPAL DE ITARANA		PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARA
	www:	
	a) Possuir módulo integrado ao mesmo Firewall ips (Deep	
	Packet Inspection) para classificação de páginas web com	
	no mínimo 56 categorias distintas, com mecanismo de	
	atualização automática.	
	b) Deverão ser fornecidas licenças de Filtro de Conteúdo	
	com validade de xxx anos para cada equipamento e	
	quantidade de usuários ilimitada, a contar da data de sua	
	ativação.	
	c) Controle de conteúdo filtrado por categorias de filtragem	
	com base de dados continuamente atualizada e extensível;	
	d) Capacidada da submisaña instantânas da sassas italia	
	d) Capacidade de submissão instantânea de novos sites e	
	palavras chaves;	
	e) Permitir a classificação dinâmica de sites Web, URLs e	
1 1	domínios;	
	f) Suporte a filtragem para, no mínimo, 56 categorias e com,	
	pelo menos, as seguintes categorias: violência, nudismo,	
1 1	roupas intimas/banho, pornografia, armas, ódio / racismo,	
	cultos / ocultismo,drogas / drogas ilegais, crimes /	
	comportamento ilegal, educação sexual, jogos, álcool /	
	tabagismo, conteúdo adulto, conteúdo questionável, artes	
1 1	e entretenimento, bancos / e-trading, chat, negócios e	
	economia, tecnologia de computadores e Internet, e-mail	
1 1	pessoal, jogos de azar , hacking, humor, busca de	
	empregos, newsgroups, encontros pessoais,	
	restaurantes / jantar, portais de busca, shopping e portais	
	de compras, MP3, download de software, viagens e WEB	
	hosting;	
1 1	g) O administrador de política de segurança poderá definir	
	grupos de usuários e diferentes políticas de filtragem de	
1 1	sites WEB, personalizando quais categorias deverão ser	
	bloqueadas ou permitidas para cada grupo de usuários,	
	podendo ainda adicionar ou retirar acesso a domínios	
1	específicos da Internet;	
	h) O administrador de política de segurança poderá	
	personalizar quais zonas de segurança, em cada um dos	
	firewalls da rede, terão aplicadas as políticas de filtragem	
	de WEB, e de maneira centralizada;	
	i) O administrador poderá adicionar filtros por	
	palavra-chave de modo específico e individual em cada um	
	dos firewalls da rede, de forma centralizada;	
	j) A política de Filtros de conteúdo deverá ser baseada em	
	horário do dia e dia da semana.	
	k) Suportar recurso de autenticação única para todo o	
1 1	ambiente de rede, ou seja, utilizando a plataforma de	
1 1	autenticação atual que pode ser de LDAP ou AD; o perfil	
	de cada usuário deverá ser obtido automaticamente para o	
	controle das políticas de Filtro de Conteúdo sem a	
	necessidade de uma nova autenticação.	
	I) Possibilitar a filtragem da linguagem Javascript e de	
	applets Java e Active-X em páginas WWW, para o	
	protocolo HTTP;	
	Le version de la constant de la cons	
	ADMINISTRAÇÃO	
	a) Permitir a criação de perfis de administração distintos.	
	de forma a possibilitar a definição de diversos	
	administradores para o firewall, cada um responsável por	
	determinadas tarefas da administração;	
	b) Fornecer gerência remota, com interface gráfica nativa,	
	através do aplicativo ActiveX ou Java.	
	c) A interface gráfica deverá possuir mecanismo que	
	permita a gerência remota de múltiplos firewalls sem a	
	necessidade de se executar várias interfaces;	



ESTADO DO ESPIRITO SANTO





	·		
FEITURA MUNICIPAL DE ITARANA		PREFEITURA MUNICIPAL DE	ITARAN
	d) A interface gráfica deverá possuir assistentes para		
	facilitar a configuração inicial e a realização das tarefas		
	mais comuns na administração do firewall, incluindo a		
	configuração de VPN IPSECs, NAT, perfis de acesso e		
	regras de filtragem;		
	e) Possuir mecanismo que permita a realização de cópias		
	de segurança (backups) e sua posterior restauração		
	remotamente, através da interface gráfica, sem		
	necessidade de se reinicializar o sistema;		
	f) Possuir mecanismo para possibilitar a aplicação de		
	correções e atualizações para o firewall remotamente		
	através da interface gráfica;		
	g) Permitir a visualização em tempo real de todas as		
	conexões TCP e sessões UDP que se encontrem ativas	1	
	através do firewall e a remoção de qualquer uma destas		
	sessões ou conexões;		
	h) Permitir a geração de gráficos em tempo real,		
	representando os serviços mais utilizados e as máquinas		
	mais acessadas em um dado momento; i) Permitir a visualização de estatísticas do uso de CPU,		
	memória da máquina onde o firewall está rodando e		
	tráfego de rede em todas as interfaces do Firewall		
	através da interface gráfica remota, em tempo real e em		
1 1 1	forma tabular e gráfica;	1	
	j) Permitir a conexão simultânea de vários administradores,		
	sendo um deles com poderes de alteração de		
	configurações e os demais apenas de visualização das		
	mesmas. Permitir que o segundo ao se conectar possa		
	enviar uma mensagem ao primeiro através da interface de		
	administração.		
	k) Possibilitar a geração de pelo menos os seguintes tipos		
	de relatório, mostrados em formato HTML: máquinas mais		
	acessadas, serviços mais utilizados, usuários que mais		
	utilizaram serviços, URLs mais visualizadas, ou categorias		
	Web mais acessadas (em caso de existência de um filtro		
	de conteúdo Web), maiores emissores e receptores de		
	e-mail;		
	l) Possibilitar a geração de pelo menos os seguintes tipos		
	de relatório com cruzamento de informações, mostrados em formato HTML: máquinas acessadas X serviços		
	bloqueados, usuários X URLs acessadas, usuários X		
	categorias Web bloqueadas (em caso de utilização de um		
	filtro de conteúdo Web);		
	m) Possibilitar a geração dos relatórios sob demanda e		
1 1 1	através de agendamento diário, semanal e mensal. No		
	caso de agendamento, os relatórios deverão ser		
	publicados de forma automática em pelo menos três		
	servidores web diferentes, através do protocolo FTP;		
	LOG		
	a) Possibilitar o registro de toda a comunicação realizada		
	através do firewall, e de todas as tentativas de abertura		
	de sessões ou conexões que forem recusadas pelo		
	mesmo;		
	b) Prover mecanismo de consulta às informações		
	registradas integrado à interface de administração;		
	c) Possibilitar o armazenamento de seus registros (log		
	e/ou eventos) na mesma plataforma de gerenciamento e		
	descrito no item ADMINISTRAÇÃO.		
	d) Possibilitar a recuperação dos registros de log e/ou eventos armazenados em máquina remota, através de		
	protocolo criptografado, de forma transparente através da		
	interface gráfica;		
	e) Possibilitar a análise dos seus registros (log e/ou		
1 1 1	eventos) por pelo menos um programa analisador de log	1	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITARANA

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Prefeitura Municipal de Itarana



			Tot	al	45 719 00
		melhores práticas do fabricante.			
		funcionalidades do firewall de acordo com as normas e			
		capacitação de gerenciamento de todas as			
		receber provas e executar testes para verificar total			
		Ao final do treinamento todos os alunos instruídos deverão			
		funcionalidades e gerenciamento).			
		gerenciamento do firewall solicitado (Appliance,			
		todas as funcionalidades exigidas nos descritivos para			
		durante 16 horas para capacitar até 2 (dois) técnicos em			
1		A empresa vencedora deverá fornecer treinamento			
'		TREINAMENTO			
		endereços) é eliminado;			
		de pacotes, onde o efeito do NAT (tradução de			
		pontos internos do mesmo: anterior e posterior à filtragem			
		tanto nas interfaces de rede do Firewall quando nos			
		h) Permitir a visualização do tráfego de rede em tempo real			
		origem e/ou destino, usando uma linguagem textual;			
		por protocolo, endereço IP origem e/ou destino e porta IP			
		arquivo formato PCAP e permitindo a filtragem dos pacotes			
		opcionalmente exportar os dados visualizados para			
		rede em tempo real (sniffer) via interface gráfica, podendo			
		g) Possuir mecanismo que permita inspecionar o tráfego de			
		programas e envio de Traps SNMP;			
		janelas de alerta na interface gráfica, execução de			
		alertar imediatamente o administrador através de e-mails,			
		f) Possuir sistema de respostas automáticas que possibilite			
1 1	1	disponível no mercado;	1		

Total 45.719,00 45.719,00 **Total Geral**

113, de 12 de 2019

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES

Sr. Ademar Schneider Prefeito Municipal

CONTRATADA:

IT NEXT TECNOLOGIA EIREL REGINALDO JOSÉ ANICETO

23.010.049/0001-2

IT NEXT TECNOLOGIA EIRELI AV. ELDES SCHERRER SOUZA, 2162

SALA 428

COLINA DE LARANJEIRAS CEP 29167- 080 - SERRA / ES